



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br



PROJETO DE LEI 56-2025. Dispõe sobre a criação da Central Virtual para a adoção de cães e gatos junto ao site oficial e redes sociais do Município de Bebedouro/SP, e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 56/2025 tem por objetivo criar, no site oficial e nas redes sociais do Município de Bebedouro, uma Central Virtual para adoção de cães e gatos, contendo fotos, contatos dos responsáveis pelos animais, área para denúncias de maus-tratos e informações sobre associações de proteção animal e eventos educativos.

Compete à Comissão de Justiça e Redação emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, conforme dispõe o art. 63, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bebedouro.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. Competência Legislativa

A Constituição Federal, no art. 30, I e II, confere aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

O tema tratado — bem-estar animal, adoção responsável e criação de ferramenta digital informativa — é compatível com o conceito de interesse local, bem como com a competência comum para proteção da fauna, prevista no art. 23, VII, da Constituição Federal.

A Constituição do Estado de São Paulo, no art. 144, reforça a autonomia legislativa municipal. A Lei Orgânica de Bebedouro, especialmente nos arts. 8º, 9º, 11, 47 e 101, garante a competência legislativa municipal para regulamentar matérias de interesse público e proteção ambiental.

Não há vício de competência.

2. Iniciativa Legislativa

O projeto é de iniciativa parlamentar. Não cria cargos, não altera estrutura administrativa e não gera despesa obrigatória. Trata-se de política pública informativa, o que não é de iniciativa privativa do Executivo.

Assim, não há vício de iniciativa.

3. Constitucionalidade e Legalidade

O projeto respeita o art. 225 da Constituição Federal ao contribuir para a tutela da fauna e o combate aos maus-tratos. Não cria despesas incompatíveis com a LRF e se limita a instituir ferramenta digital informativa.

“Deus seja louvado”

RUA LUCAS EVANGELISTA, 652 – CEP 14700-425 – TELEFONE: (17) 3345-9200



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br



4. Juridicidade

A proposição observa princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da CF).

5. Regimentalidade

O projeto cumpre as exigências formais do Regimento Interno, sendo apto à tramitação.

6. Técnica Legislativa

O texto está em conformidade com a Lei Complementar nº 95/1998, podendo eventuais ajustes de redação serem feitos sem alteração do mérito.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão de Justiça e Redação opina pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE e REGIMENTALIDADE do Projeto de Lei nº 56/2025, que deve seguir sua tramitação regular.

É nosso parecer, s.m.j.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 08 de dezembro de 2025.

Otávio A. Yassine Manzi

Edgar Cheli Junior

Leonardo Moura Munhoz

PRESIDENTE

RELATOR

MEMBRO

“Deus seja louvado”

RUA LUCAS EVANGELISTA, 652 – CEP 14700-425 – TELEFONE: (17) 3345-9200



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Bebedouro. Para verificar as assinaturas, clique no link: <http://177.21.38.106/Siave/documentos/autenticar?chave=2885S7D0HE626JR2>, ou vá até o site <http://177.21.38.106/Siave/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 2885-S7D0-HE62-6JR2



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:53642/2025 - 08/12/2025 - 18:54 - 2885-S7D0-HE62-6JR2